

# Covid-19 e o Tempo Mundial: a Crise Iniciadora de uma Nova Realidade?\*

Carlos Coutinho Rodrigues

*Assessor e Investigador do Instituto da Defesa Nacional. Investigador do Centro de Estudos Internacionais do Instituto Universitário de Lisboa (CEI-ISCTE-IUL). Mestre em Ciências Militares, pela Academia Militar. Doutorando em História, Estudos de Segurança e Defesa, pelo ISCTE-IUL e Academia Militar.*

## Resumo

A relevância do tema advém da centralidade do fator tempo na crise disruptiva e complexa, com diferentes atores e instrumentos de poder, no quadro das Relações Internacionais contemporâneas e dos Estudos de Segurança.

A pandemia desafia Estados e sociedades em todo o mundo, não afeta apenas os sistemas de saúde e os efeitos complexos do COVID-19 estendem-se a todas as áreas do bem-estar e segurança. A crise COVID-19 radica no *momento crítico*, o *kairòs*, oportunidade qualitativa para pensar, planejar, produzir o juízo crítico e decidir sobre uma nova realidade que incorpora a anterior. O artigo equaciona a possibilidade de a crise apresentar uma oportunidade de maior integração política da União Europeia densificando-a como ator global, caso exista a capacidade e a vontade dos Estados-Membros para construir uma solução política inclusiva, apoiando os processos e os programas desenhados pela Comissão Europeia, com o apoio das populações.

O caso português na gestão da crise Covid 19 sugere, pela sua resiliência, a possibilidade do desenvolvimento de uma grande estratégia baseada na Cultura e na História, incorporando as novas dimensões metodológicas e tecnológicas de apoio ao planeamento estratégico.

## Abstract

***Covid 19 and World Time: the Crisis for a new reality?***

*The theme's importance comes from a centralized time factor within a disruptive and complex crisis, with various actors and power tools framed on contemporary international relations and security studies.*

*The pandemic challenges countries and societies around the world, it does not only affect our healthcare systems, and the complex effects of COVID-19 extend to all fields of well-being and security. The COVID-19 Crisis is rooted in the critical moment, *kairòs*, qualitative opportunity to think, plan, produce the necessary judgment, and decide onto a new reality.*

*The Crisis presents itself as an opportunity for more political integration within the European Union, enhancing it as a global actor, as long as there is capacity and will from all Member States to build a political solution with the support of the populations.*

*The Portuguese case in Covid 19 crisis management suggests, due to its resilience, the possibility of developing a grand strategy based on Culture and History, incorporating new methodological and technological dimensions to support strategic planning.*

**Palavras-chave:** Tempo; Crise; relações internacionais; Covid-19; pandemia; política; estratégia; Estado; sociedade; União Europeia; Portugal.

**Keywords:** Time; Crisis; international relations; Covid-19; pandemic; politics; strategy; State; society; European Union; Portugal.

Artigo recebido: 29.07.2021

Aprovado: 06.08.2021

<https://doi.org/10.47906/ND2021.159.06>

---

\* Texto com origem no trabalho de investigação realizado no âmbito da Unidade Curricular, Relações Internacionais II, do Doutoramento em História, Estudos de Segurança e Defesa (ISCTE-IUL e Academia Militar).

## Introdução

A relevância do tema advém da tentativa de estabelecer uma centralidade do fator tempo na crise disruptiva e complexa, *momento crítico* de decisão, com diferentes atores e instrumentos de poder, no quadro das relações internacionais contemporâneas.

O conceito de tempo mundial inscreve-se numa reflexão politológica e numa problematização que utiliza diferentes disciplinas em torno da análise histórica, filosófica e sociológica, através de uma abordagem no âmbito das relações internacionais (Laidi, 1998). A complexidade crescente da rede mundial de dependências e o tempo acelerado da mudança ultrapassaram as capacidades, as rotinas e a criatividade das estruturas arquitetadas em “tempo demorado”.

O tempo pode também experimentar-se como uma realidade qualitativa, isto é, pode ser finalmente definido como “o tempo de”, “o tempo para”. O que se sublinha não é tanto a duração, mas o *momento* propício, o ponto determinante capaz de alterar os referentes do mundo. Se assim acontecer, o *chrónos* foi transformado em *kairòs*. A crise radica precisamente no momento crítico, no qual o processo e toda a realidade que levou à decisão, ao *kairòs*, sofre uma mutação decisiva da qual resulta uma nova realidade que a supera e integra a realidade anterior. A crise em sentido forte e clássico liga o presente ao futuro, projeta os diferentes intervenientes para um novo futuro alterando estados e realidades.

A pandemia associada à doença infecciosa Covid-19 causada pelo coronavírus da síndrome respiratória aguda grave 2 (SARS-CoV-2), constitui-se como uma disrupção complexa e colocou o mundo perante uma crise multidimensional extrema.

Neste artigo propomos-nos a partir do conceito de tempo mundial, problematizado por diferentes disciplinas e tratado no âmbito das relações internacionais contemporâneas, argumentar, com recurso aos Estudos de Segurança e à concetualização clássica do termo crise, que o mundo vive um *momento* crítico, de decisão, onde poderá ocorrer uma mutação decisiva da qual resulta uma nova realidade de longo prazo que supera e integra a realidade anterior. São escassos os trabalhos especificamente devotados ao tema do tempo mundial e da crise apesar de existir já bibliografia a sustentar que a crise resultante da pandemia Covid-19 deverá dar origem a uma nova ordem que responda no longo prazo aos riscos e ameaças anteriores à atual crise multifacetada onde já se incluíam os riscos colocados pela ação de pandemias e doenças infecciosas e os riscos resultantes das alterações climáticas que ameaçam a sustentabilidade da vida na Terra.

Optando por restabelecer a questão colocada em título, partimos da seguinte questão de investigação: O que identifica a crise complexa resultante da pandemia Covid-19 como um *momentum* decisivo de mudança e quais as linhas de ação política e estratégica de continuidade e de mudança da realidade ante crise para uma nova

realidade de longo prazo, indutoras de profundas alterações estruturais e sistêmicas?

O artigo organiza-se da seguinte forma: após um enquadramento inicial sobre a crise e o tempo, onde são abordados os conceitos de crise na acepção clássica e de tempo mundial, este problematizado em torno da análise histórica, filosófica e sociológica, através de uma abordagem no âmbito das relações internacionais, é tratado o caso da crise multidimensional resultante da pandemia associada à doença infecciosa Covid-19 causada pelo coronavírus da síndrome respiratória aguda grave 2 (SARS-CoV-2), identificando-o como um *momentum* crítico para a decisão sobre uma realidade de longo prazo, indutora de profundas alterações estruturais e sistêmicas. Concluímos com uma reflexão apoiada no presente ensaio defendendo a importância de aceitar a permissão de que a crise Covid-19 radica no *momento crítico*, o *kairòs*, oportunidade qualitativa para pensar, planejar, produzir o juízo crítico, decidir sobre uma nova realidade, um futuro.

### A Crise e o Tempo

A complexidade crescente da rede mundial de dependências e o tempo acelerado da mudança ultrapassaram as capacidades, as rotinas e a criatividade das estruturas arquitetadas em “tempo demorado”, utilizando um termo de Adriano Moreira (2005). Os Estados perderam parte da eficácia do modelo assente na centralidade da direcção, permitindo, sem grande diferença qualitativa entre poderosos e pequenos, multiplicar, em todas as áreas das competências que conservam, os centros de intervenção que se articulam em redes internacionais, constituídas por Estados e organizações não estatais. Na diplomacia, na segurança e na defesa, nas finanças, na economia, na cultura, na ciência, na educação, na saúde, na protecção civil, na comunicação, as responsabilidades institucionais, que exigem percepção e prospectiva, multiplicam as linhas de acção, para resposta às crises e emergências.

Ainda de acordo com Adriano Moreira (2006), os defensores da verdade no exercício da política e da importância do diálogo, dificilmente aceitam uma época diferente da baseada num modelo fundado na informação e no saber. A frase, “inverter o ritmo, isto é, regressar ao modelo de pensar antes de correr, exige uma profunda remodelação dos aparelhos diplomáticos, de modo que a coordenação volte a ser um valor reconhecido, não apenas pela filosofia e estrutura de governo de cada Estado, também pela dos grandes espaços em que os Estados se articulam” (Moreira, 2006), ganhou uma atualidade extraordinária.

Conforme a observação de tempo de uma sociedade, mais dinâmica ou mais estática, assim os tempos passado, presente e futuro adquirem significados de acção ou inacção diferentes. O grau de unificação, a homogeneização e a integração das três

dimensões de tempo na mesma sociedade, não determinar as respostas em função da sua memória e património, da sua realidade e da capacidade de projetar novos modelos organizacionais.

Os *momentos críticos*, conturbados e dramáticos, de experiência limiar, permitem estabelecer os traços de analogia entre as três dimensões do tempo, afirmando-se, consolidando-se e redefinindo-se. São os períodos em que a temporalidade se torna eficaz e produtiva, permitindo aos indivíduos e ao coletivo, às sociedades, “(re) encontrarem os seus próprios rumos no devir histórico” (Sales, 2006).

José Tolentino Mendonça (2006) refere que toda a narrativa é uma operação sobre o tempo e que Italo Calvino a classificava como “encantamento que actua sobre o correr do tempo”. Referia-se aos incontornáveis processos de manipulação temporal que o contar de uma história impõe. O tempo da história é cronológico e sucessivo, traduz o tempo factual. Já o narrar a história consiste num processo seletivo, que introduz cortes no tempo, permite acelerar ou retardar, criar uma nova ordem, traduzir modificações na frequência, avançar com investimentos semânticos. A narrativa refigura o tempo histórico e interpreta-o pelo tempo do discurso. “Assim, a perspetivação do tempo não se situa, antes de tudo, no que o texto diz, mas desenvolve-se prioritariamente a partir do que o texto é. Todo o texto é uma operação sobre o tempo, uma meditação sobre essa categoria da existência” (Mendonça, 2006). Importa aqui introduzir dois importantes termos para a definição da questão do tempo. Continuando a socorrer-nos de Tolentino de Mendonça, este refere que São Marcos mostra, à semelhança de vários outros autores e passagens do *Novo Testamento*, saber fazer a distinção entre *kairòs* e *chrónos*, uma distinção que viria a ser bem expressa, uma geração mais tarde, nas palavras de Ammonius, um gramático notável:

“Há uma diferença entre momento (*kairòs*) e tempo (*chrónos*). Um momento é uma porção de tempo, como que um conjunto de dias contabilizados. O tempo, esse, compreende e engloba uma pluralidade de momentos. Dito de outra maneira: o *kairòs* exprime uma qualidade (*poiotèta*) do tempo, como quando dizemos «quando decorria a guerra»; o *chrónos*, por sua parte, designa uma quantidade (*posotèta*), como quando se diz «dez anos antes» ou «dez anos depois»<sup>1</sup> (Ammonius, *apud* Mendonça, 2006).

O significado fundamental de *kairòs* é assim o de uma expressão decisiva do tempo, o seu ponto miliar, essencial. Um significado, portanto, que foge ao horizonte estri-

---

1 Ammonius, Peri “diaphorôn lexeôn” in K. NICKAU (ed.), *Ammonii qui dicitur Liber De adfinium vocabulorum differentia*, Leipzig, 1966, 69, citado por José Tolentino de Mendonça.

tamente cronológico<sup>2</sup>. Em autores antigos, Sófocles ou Aristóteles, ou na tradução grega da Bíblia Hebraica, a chamada Septuaginta, vai também ganhar um sentido religioso, a ponto de coincidir com a revelação do próprio Deus.

A palavra crise tem origem no grego antigo – *krisis* – e tinha um significado original e filosófico ligado a opinião, ação de julgar ou de decidir. A evolução do significado da palavra tornou-o mais preciso passando a traduzir um contexto de incerteza, situação precária, agravamento de condição, mas igualmente decisão e ponto de viragem. Dir-se-ia que há uma apropriação da palavra como significado médico, que prevaleceu até ao início da era moderna, através da imposição de alternativas bem delimitadas como o certo e o errado, a salvação ou a condenação, a vida ou a morte (Koselleck, 2006: 358).

A evocação do fenómeno da crise é recorrente desde a Antiguidade clássica e Tucídides, general e historiador ateniense, no relato sobre a Guerra do Peloponeso, utilizou este termo várias vezes para definir os “pontos-chave” das relações de mudança entre os indivíduos e o Estado (Dougherty, 2003: 736). O significado de *krisis* também está ligado ao conflito e à disputa; à separação, decisão; juízo e sentença.

É importante a relação do termo crise com o termo *crítico*. Sócrates, Péricles, a deusa Palas Atenas, Platão, figuras simbólicas atenienses, identificadas como da Grécia, são considerados os *críticos* e, como tal, relacionados com crise. A identificação da Grécia Antiga com uma Atenas “iluminista” impõe a modernidade cultural como imagem da cultura helénica e, com ela, a crise adquire uma relevância própria. Não tanto na Filosofia, mas na Medicina e no Direito, as duas tradições intelectuais mais antigas, que a acompanham (Leone, 2016).

A Medicina adequou-se pela sua especificidade à interpretação e utilização do termo crise no *momento* de decisão em que se produz uma viragem decisiva no estado do doente. Ou seja, o *momento* no qual ou o doente ou a doença soçobram, o *momento* em que o tratamento começa (ou não) a produzir o efeito pretendido. A crise como *momento* decisivo não o é pela condição ou pelo processo até à cura completa, embora o processo seja importante, por exemplo manter a medicação até à cura, independentemente da melhoria da condição do paciente. A crise, deve ser também lida como superação, é um *momento* que pode ser reversível, se não for aplicado o tratamento em toda a sua extensão; é o *momento* que a define, não a irreversibilidade do *momento*.

O Direito apresenta uma forma menos técnica, menos fechada e mais socializada da dimensão do fenómeno da crise. A necessidade de uma sociedade organizada gerir

---

2 Como recorda Gian Luigi Prato, o tempo “deve necessariamente fixar, na gama de um vocabulário não directamente e não propriamente cronológico, o âmbito preciso das suas acepções”. Gian Luigi Prato, *Il lessico biblico per il tempo in Humanitas*, 2 (2003), 242, citado por José Tolentino de Mendonça.

a injustiça, convoca todos os seus elementos a avaliar o bem público e interpela-os pela condição *sine qua non* da vida em comum que é a Justiça<sup>3</sup>. Também no Direito, a crise está no *momento* da decisão, no juízo, na sentença emitida pelo Juiz, a autoridade que decide segundo a norma, e a lei, determinante na avaliação da crise. Feita a ponderação da matéria de facto, exercidos o contraditório e a argumentação das partes envolvidas, o juiz profere a sentença, essa decisão é a crise, o *momento crítico*, no qual o processo e toda a realidade que levou ao julgamento sofre uma mutação decisiva da qual resulta uma nova realidade que irá superar e integrar a realidade anterior.

Também nesta matéria a arte é o repositório precioso, preciso e intemporal de informação e de reflexão que importa ter presente na difícil problematização de uma teoria da crise. A dimensão imaterial ou intangível da emoção, da comoção, das tragédias, traduzidas pelos mitos através da arte, destinadas aos gregos do século V a.C. e legadas ao presente, são a revelação experimental para o entendimento da arte enquanto algo de constitutivo da Humanidade, individual e social, de todas as sociedades e de todos os tempos e, portanto, de construção de novas realidades. A crise, como pensada na Antiguidade, foi-se esbatendo na sua evidência ligada ao *momento* decisivo em que se produz uma realidade nova, resolvendo uma tensão anterior, e foi adquirindo matizes de um estado indefinido, mais marcado pela incerteza, pela insegurança, pelo medo, por um “mal-estar civilizacional” da modernidade. A crise passa de produtiva e resolvida, a repetitiva, recorrente, a problema sem reconhecida resolução.

Carlos Leone (2016) diferencia crise de “crises”. A crise na sua formulação antiga e forte e as “crises” no seu sentido atual e derivado, de uso recorrente, obriga a distinguir crise de “crises”, “eventos”, “projetos”. As “crises” funcionam por analogia, a crise por análise. No modelo antigo, resultava mesmo da análise; no modelo atual é uma espécie de análise sem conclusão, sem um fim. As “crises”, ao reproduzirem-se em ciclos recorrentes, repetem uma realidade pouco mutável, não fazem a passagem do passado para o presente gerando uma nova realidade ou uma nova ordem, onde se corrijam os erros políticos e estratégicos traçando novos objetivos e caminhos de longo prazo. Essa acomodação às “crises” sem “aprender as lições” cria nas sociedades uma percepção de “crise permanente”.

A crise em sentido forte e clássico liga o presente ao futuro, projeta os diferentes intervenientes para um novo futuro, alterando estados, ordenamentos e realidades. Terá sido através dessas *crises maiores* que a Humanidade perdurou como civilização até aos nossos dias e, acreditamos, continua a possui os argumentos e as forças necessárias e suficientes para construir o futuro.

---

3 A Filosofia dialoga diretamente com o Direito, caso da *República* de Platão (Leone, 2016).

Podemos situar a primeira grande crise na desagregação do mundo retratado pelas tragédias gregas. O seu relato magistral, histórico e incompleto foi feito por Tucídides (Leone, 2016). A História da Guerra do Peloponeso descreve o soçobrar de Atenas e da unidade do mundo grego. A persistência do paganismo e uma longa crise política marcaram as instituições da época, alterando-as profundamente, num processo que durou séculos e que culminou na sua queda final, após as tentativas falhadas de recompor a unidade no século V a. C., primeiro com Alexandre e depois com Roma – que começou por ser colónia grega e depois na fase republicana se assumiu como império e se produziu algo semelhante no tempo seguinte.

Zaiki Laïdi (1998) expõe num interessante texto, subordinado ao tema “Le temps mondial”, uma reflexão muito oportuna para épocas de mudança e busca de novos equilíbrios do sistema internacional, sobre as transformações em contexto de grande imprevisibilidade resultante do fim recente da Guerra Fria e do sistema bipolar. A abordagem era ambiciosa dado que se propunha demonstrar como uma reflexão politológica sobre o tempo mundial se inscreve plenamente nos debates da análise histórica, filosófica e sociológica sobre o tempo.

O problema do tempo mundial era colocado em três planos: – o primeiro segundo uma perspetiva histórica, provocando o debate entre o longo prazo e o acontecimento, os eventos; – o segundo através através do posicionamento da questão no campo da fenomenologia, decisiva para a compreensão da chamada ressonância temporal dos eventos; – por último destacar as questões que tornam o tempo uma variável decisiva na interpretação sociológica da mundialização.

O historiador alemão Wolfram Eberhard (1970) terá sido o precursor da ideia do tratamento do tempo mundial ao referir-se-lhe num livro dedicado à China Antiga e ao contexto internacional. Eberhard defende que o Japão consegue o seu enorme progresso económico, no final do século XIX, devido à margem que dispôs para impor mudanças brutais à sua população. O autor refere que a repetição desse padrão se tornou dificilmente concebível precisamente devido à existência de um tempo mundial que viria a desenvolver internacionalmente ideias e valores que dificultaram essas práticas ou mesmo tornando-as inaceitáveis e ilegítimas. O historiador identifica o tempo mundial, menos com um *momento* ou um *kairòs*, origem de novos valores, e mais com uma temporalidade do ambiente que delimita as políticas tornadas possíveis.

Colocou-se também a questão do longo prazo de tempo que negligenciaria as rupturas, continuada por Ricœur após Braudel, analisando o quadro da Revolução Francesa. Parte da avaliação de Tocqueville sobre o Antigo Regime e a Revolução e as obras de Furet, sobre a grande lacuna entre a historiografia “continuista” e a tirania da experiência histórica dos atores, tinham como base a ideia de rutura. Ricœur aqui escolhe Furet em oposição a Tocqueville: “nenhuma reconstrução conceitual



deixará de dar continuidade ao Antigo Regime através da tomada do poder de um imaginário experimentado como ruptura e origem” (Ricœur, 1983).

Todos os argumentos de Ricœur são precisamente para afirmar que a primazia do tempo longo não pode abolir o evento ou autorizar a sua desvalorização temporária, desde que, é claro, o evento não seja considerado como “singularidade, contingência ou desvio”, mas como um enredo. Consequentemente, não há subordinação do evento à longa duração, mas derivação da longa duração em relação ao evento colocado em enredo.

O tempo mundial compreende a forma como os processos significativos convergem ao longo do tempo para produzir novos eventos à luz de determinados eventos – o fim da Guerra Fria ou a aceleração da globalização –, de novas formas de ver o mundo, de pensar, acreditando no início de uma nova era. O tempo mundial é um “ponto de viragem” planetário, uma “era axial” para usar os termos de Jaspers, ou um “avanço mundial”, para usar os de Eric Weil.

Ainda no primeiro plano da perspectiva histórica, os estudos das representações por parte dos historiadores, numa nova relação espaço-tempo, caso de Stephen Kern (1983), são significativos e mostram como, entre 1880 e 1914, uma série de mudanças tecnológicas e culturais deu origem a novas representações. Colocou em evidência a convergência de eventos “em feixe” (Nora) com a invenção do telefone, do telégrafo sem fio, dos raios-X, do cinema, do automóvel, da psicanálise, do cubismo e da teoria da relatividade. A ideia de um período crucial, de alterações planetárias nos anos 1880-1914, é totalmente confirmada pelas obras de Georges Poulet sobre literatura e tempo em Gide, Claudel e Valéry. Também é claramente reconhecido como tal por David Harvey a partir das produções literárias (Proust, Joyce, Pound), plásticas (Braque, Klee, Kandinsky), musicais (Stravinsky, Schoenberg, Bartók). Por último, surgem os trabalhos de Marcel Gauchet sobre psicanálise. Esta forma de problematizar os novos tempos também é evidenciada na obra de Helga Novotny (Láidi, 1998).

Para filósofos tão diferentes quanto Arendt, Ricœur ou Deleuze ou, mais recentemente, Badiou, a questão do evento é absolutamente central. Mas o significado dado ao próprio conceito de evento dificulta muito o diálogo entre “analistas” e “filósofos”, com divergências também entre os cientistas políticos, sendo provável que os cientistas políticos “internistas” estejam mais próximos das interpretações históricas de longo prazo do que os internacionalistas, mais sensíveis às rupturas e inflexões na ordem mundial. Um “internacionalista” tende a considerar, em cima do acontecimento, o fim da Guerra Fria como um evento com consequências a longo prazo, enquanto um “internista”, provavelmente, não aceitará essa suposição sem outra análise mais alongada no tempo. Entre os internacionalistas e os internistas, os “comparativistas” provavelmente ocupam um lugar intermediário, estando inclinados a analisar e interpretar as transições políticas para o Leste e para o Sul à

luz da longa história dessas sociedades. Simultaneamente aceitam que a aceleração das mudanças internacionais e o desenvolvimento dos processos de globalização em cascata influenciam o tempo político dessas sociedades.

Na formalização do tempo mundial o desafio é pensar na ruptura da ordem do tempo evitando três erros: – o erro descritivo, redutor da ideia de “ruptura”, de “novos tempos”, de “cesurismo temporal”<sup>4</sup>, aceita uma “era da globalização” ou era “pós-Guerra Fria” sem questionar o significado das rupturas e sem vincular os problemas geopolíticos da era pós-Guerra Fria aos problemas da globalização; – o erro da causalidade, que levaria a favorecer um fenômeno em vez de outro na ordem de causalidade dos eventos; – o erro da generalização, que levaria a questionar se é possível falar do tempo do mundo, isto é, da temporalidade do mundo, quando precisamente a globalização reforça a dispersão do significado numa escala mundial?

No segundo plano do tratamento do tempo mundial, o da fenomenologia e da análise política, importa reter a ideia de ressonância, ou seja, a capacidade de os eventos ecoarem num momento decisivo e assim evidenciarem significados novos e originais. A ressonância ocorre num preciso momento e não noutra, e é esse momento que se torna um *kairòs*, uma “emergência” – (Ricoeur) ou uma nova síntese de eventos (Elias).

Zaiki Laïdi (1998) nota que para criar um “novo calendário” são necessárias três condições: – existir um evento que valide com provas a ideia de uma nova era; – ponto de discriminação claro entre “antes” e “depois”; – um “novo referencial” de unidade de medida de tempo.

O valor heurístico da problemática do novo calendário mundial pode ser reforçado com a problematização do conceito de novo paradigma por disciplinas externas às ciências sociais. Progogine e Stengers, por exemplo, consideraram que qualquer grande desenvolvimento deve atender a três condições: o evento, irreversibilidade e consistência. A questão do calendário e a recuperação da crise Antiga é reveladora. No terceiro plano de análise do tempo mundial, o campo da sociologia, Laïdi (1998) identifica quatro autores que, metodologicamente (Elias) ou conceituais (Giddens, Harvey, Robertson), permitem esclarecer o problema do tempo mundial ou alimentá-lo, mesmo que não se refiram explicitamente ao termo.

---

4 A corrente teórica cesurista explica o conhecimento pela descontinuidade e não pela cumulatividade. Ao contrário da aceção de que a modernidade teria sido construída e afirmado numa lógica cumulativa em que as sociedades mudaram e continuaram a funcionar baseadas no acréscimo do saber pela acumulação e pela compatibilidade com novos dados e teorias. A análise cesurista defende que a partir do século XX o processo passou a ser interpretado como sendo essencialmente descontínuo, alegando que a continuidade era apenas uma paragem temporária entre avanços no conhecimento, sustentados em “saltos”, isto é, por “crises”, rompendo com os modelos anteriormente aceites.

A determinação do tempo será a capacidade peculiar da espécie humana captar o *momento* e, assim, estabelecer uma ligação, na mesma seqüência contínua de eventos, que posicione “mais cedo” e “mais tarde”, “antes” ou “depois”. Nesta tese existe um distanciamento de uma interpretação filosófica do tempo, que o consideraria uma “categoria *a priori*”, distanciando-se da observação da sucessão de eventos. Nesta linha o tempo mundial consiste numa representação claramente situada no tempo, sustentada por duas ideias essenciais: – a primeira é a do *momento*, com poder de estabelecer o antes e o depois – após a Guerra Fria, por exemplo; – a segunda é baseada na noção decisiva de seqüências entre eventos que “respondem” e se complementam para produzir novos significados.

Anthony Giddens (1996) faz a disjunção do espaço e do tempo no seu trabalho sobre as consequências da modernidade, em duas dimensões. Trazendo à colação como caso a globalização, esta não seria o começo de uma nova era da pós-modernidade, mas um processo de radicalização da modernidade. Tal aceção introduz uma cesura entre “modernidade” e “modernidade radicalizada”. De qualquer forma Giddens concebe a globalização como uma acentuação da modernidade e não a sua superação. A segunda dimensão da análise de Giddens consiste no distanciamento entre espaço e tempo. Ainda sobre a globalização, esta apresentar-se-ia como um estágio da modernidade onde a simultaneidade temporal dos eventos seria dissociada da sua proximidade espacial. A globalização intensifica as relações sociais planetárias, aproximando lugares distantes, e os eventos locais são influenciados biunivocamente por eventos que ocorrem separados por milhares de quilômetros de distância, consistindo num processo dialético, dado que esses eventos locais podem ir contra os relacionamentos distantes que os moldam (Giddens, 1996).

Este olhar sobre a disjunção entre espaço e tempo permite reconhecer implicitamente a primazia do tempo sobre o espaço. Consiste na interpretação da globalização como uma temporalização do espaço mundial, também impulsionada por fluxos diversos e por instrumentos e tecnologias de comunicação e informação.

### **Covid-19: a Crise Global**

A Organização Mundial da Saúde declarou, em 12 de março de 2020, a Covid-19 (*Coronavirus Disease 2019*), como uma pandemia global. À data já muitos governos haviam implementado instrumentos de resposta a emergências, regras e normas de confinamento das populações e recomendações sanitárias e de higienização, com o objetivo de limitar a propagação da doença.

Não afetando apenas os sistemas de saúde, os efeitos complexos do Covid-19 alargaram-se a todas as áreas do bem-estar e da segurança, bases estruturais das unidades políticas contemporâneas, gerando uma grave crise econômica e social,

com efeitos brutais nos sistemas de saúde e na população mundial<sup>5</sup>, ainda difícil de avaliar nos seus verdadeiros contornos e consequências, mas que irá certamente acentuar as desigualdades e evidenciar as fragilidades endêmicas vindas do passado. São muito diferentes as capacidades de resposta à crise e as vulnerabilidades dos diferentes Estados e sociedades do atual sistema internacional adquirem uma dimensão extrema. A cooperação e a solidariedade internacional revelaram-se insuficientes ou mesmo ausentes, sobretudo numa fase inicial, e os fluxos associados a muitos dos programas de ajuda ao desenvolvimento humano e económico foram afetados importando agora avaliar até que grau irão ser prejudicados na mobilização de recursos e doações, nos seus objetivos e nos prazos de execução. Os objetivos de saúde mundial traçados pelas Nações Unidas, ainda não alcançados, evidenciam insuficiências estruturais e operativas sobretudo em contextos de grande fragilidade, ao nível regional e local, afetando Estados institucionalmente não capacitados para realizar as suas tarefas fundamentais no âmbito do bem-estar e da segurança, fragilizando as sociedades, as populações, fomentando a conflitualidade e as guerras de forma continuada em ciclos recorrentes de conflito. As funções vitais não são asseguradas a uma parte expressiva da população mundial<sup>6</sup>, caso do fornecimento de água potável, alimentos, eletricidade, cuidados básicos de saúde, educação, autonomização e emprego. As “crises” recorrentes e endêmicas acentuam a fragilidade dos países e das regiões, mas também criam bolsas de enorme fragilidade em outras áreas que não estão diretamente associadas às fronteiras políticas ou económicas entre países ricos e países pobres<sup>7</sup>.

---

5 A pandemia causou até à data da escrita deste artigo ao nível global, 204.644.849 casos confirmados de infeção, onde se incluem 4.323.139 mortes, reportados à Organização Mundial de Saúde.

6 2,1 mil milhões de pessoas não têm acesso a serviços de água potável com segurança (WHO/UNICEF 2017); 4,5 mil milhões de pessoas carecem de serviços de saneamento com segurança (WHO/UNICEF 2017); 1,5 milhões de crianças com menos de cinco anos morrem todos os anos de doenças relacionadas com a diarreia (WHO/UNICEF 2015); a escassez de água já afeta quatro em cada dez pessoas (UN); 90% de todos os desastres naturais estão relacionados com a água (UNISDR); 80% das águas residuais retornam ao ecossistema sem serem tratadas ou reutilizadas (UNESCO, 2017); cerca de dois terços dos rios transfronteiriços do mundo não possuem uma estrutura de gestão cooperativa (SIWI-Water Institute).

7 De acordo com dados das Nações Unidas, embora a taxa global de pobreza tenha caído em mais de metade desde 2000, uma em cada dez pessoas nas regiões em desenvolvimento ainda vive com menos de 1,90 dólar por dia – valor fixado para definir as pessoas que vivem na pobreza extrema – e milhões de outras vivem com pouco mais do que esta quantia diária. Registaram-se progressos significativos em muitos países do Leste e Sudeste da Ásia mas, ainda assim, 42% da população da África subsariana continua a viver abaixo do limiar de pobreza; 783 milhões de pessoas vivem abaixo do Limiar Internacional da Pobreza (LIP) de 1,90 dólares por dia; em 2016, quase 10% dos trabalhadores e famílias viviam com menos de 1,90 dólares por pessoa por dia; a maioria das pessoas que vive abaixo do LIP vive em duas regiões: a Ásia meridional e a África subsaariana; as altas taxas de pobreza são frequentemente encontradas em países pequenos, frágeis e afetados por conflitos.

A disrupção associada ao Covid-19 surgiu num ambiente internacional marcado por um conjunto de ameaças e riscos, por percepções de incerteza e imprevisibilidade fundadas na observação de várias tendências com potencial disruptivo e de fragmentação da ordem existente, num prazo mais ou menos longo e em domínios muito diversos, mas também profundamente interrelacionados como os da geopolítica, da economia, da segurança e da defesa, da sociedade, da demografia, do ambiente, da energia, da tecnologia. A crescente desigualdade económica e a rápida mudança demográfica alimentaram os populismos, o etnonacionalismo e uma desconfiança crescente nas instituições nacionais e internacionais em vários países, nalguns casos por questões de legitimação e reconhecimento pelas respetivas populações. As relações e a tensão crescente entre os Estados Unidos da América e a China, esta com crescente proeminência no cenário mundial, a mudança nos padrões de comércio internacional, as alterações massivas na tecnologia e na comunicação aumentaram as possibilidades de vigilância e a proliferação das campanhas de desinformação. As questões em torno da “crise da democracia”, as ameaças e riscos no horizonte da política externa, da segurança e da defesa europeia, a afirmação do autoritarismo e a afirmação crescente das pulsões nacionalistas e fenómenos decorrentes. Para algumas destas tendências a pandemia constituiu uma oportunidade para uma continuidade linear acelerada, noutras a pandemia tornou-se um fator de coexistência e mesmo de influência permanente sobre um sistema internacional em crise, mesmo que sejam tendências não diretamente ligadas a dinâmicas geopolíticas anteriores.

Entretanto foi ganhando terreno em diferentes fóruns e publicações a ideia de que a crise multidimensional decorrente da pandemia teria necessariamente um impacto *crítico* e transformador, abrindo uma janela de mudanças estruturais (Gaub e Boswinkel, 2020).

A sucessão de acontecimentos colocou em análise a vulnerabilidade das cadeias de abastecimentos de bens essenciais para assegurar as funções vitais junto da população, tornando prementes a sua diversificação e realocização, e deverá obrigar a refletir estrategicamente sobre o complexo domínio da logística dos bens<sup>8</sup>. A crise provou a necessidade e o benefício do reforço da cooperação científica e de uma abordagem abrangente e integrada na área da saúde. O aumento exponencial da utilização de ferramentas e tecnologias digitais acelerou os processos de decisão e

---

8 O *Índice DHL Global*, uma iniciativa do Center for the Future of Management da Universidade de Nova Iorque mostra que a globalização manteve os seus efeitos em 2020, mostrando-se muito resiliente em situação pandémica mundial. O Índice monitoriza a globalização de 169 países, baseando-se nos fluxos internacionais e tendo em consideração a dimensão das suas economias e a medida em que estes são distribuídos – globalmente ou restritos (Steven e Bastian, 2020).

ação ao nível político e estratégico designadamente nos campos da ciberdiplomacia e da cibersegurança.

As mudanças nas prioridades individuais e coletivas, no estilo e formas de vida, nos padrões de consumo, as linhas de força ecológicas que se vinham desenhando nas últimas décadas com crescente expressão económica, deverão adquirir com a crise o impulso e os recursos orientados para práticas económicas mais sustentáveis e solidamente apoiadas por políticas públicas, estratégias e planos de ação no âmbito das alterações climáticas e ambientais, em lógicas de transformação como as enunciadas por exemplo no Pacto Ecológico Europeu da União Europeia e no instrumento NextGenerationEU<sup>9</sup>, que expressam um elevado nível de ambição nos objetivos para transformar as economias e sociedades europeias. As questões ligadas à crise dos sistemas políticos e da democracia continuarão a colocar-se como tendência relevante com origem muito anterior à pandemia e à crise social e económica dela decorrentes, mas com outras dimensões mais problemáticas e complexas. A crise Covid-19 de acordo com Schwab e Malleret (2020) obrigará a uma redefinição das três forças predominantes deste século: a interdependência, a velocidade e a complexidade. Estas forças num contexto de globalização influenciam, em diferentes graus, todos os indivíduos e organizações. A interdependência, um subproduto da globalização e tecnologia ligados ao progresso, define-se como a dinâmica da reciprocidade, a dependência entre os elementos que compõem um sistema. A complexidade das ligações e do impacto dos riscos de ordem diversa leva a que por exemplo o risco associado às doenças infecciosas e pandemias tenha um efeito direto sobre os riscos da incapacidade de governança mundial, da instabilidade social, do desemprego, das crises fiscais e da migração involuntária (Schwab e Malleret, 2020). De acordo com o modelo exposto pelos autores o risco de doenças infecciosas está inserido na macro dos riscos sociais que vai ligar-se com outras macros como riscos económicos, geopolíticos, ambientais e tecnológicos. Na perspetiva da gestão de crise e do controlo político e decisional da crise multidimensional, mobilizando todos os instrumentos e recursos disponíveis e, portanto, do âmbito da estratégia total, a crise pandémica mobilizou de forma direta e indireta, epidemiologistas, especialistas em saúde pública, economistas, órgãos e especialistas em comunica-

---

<sup>9</sup> Perante os graves impactos da pandemia nas economias europeias, foi criado um instrumento comunitário estratégico de mitigação do impacto económico e social da crise, capaz de promover a convergência económica e a resiliência das economias da União, contribuindo para assegurar o crescimento sustentável de longo prazo e para responder aos desafios da dupla transição para uma sociedade mais ecológica e digital. Foi neste contexto que o Conselho Europeu criou o Next Generation EU, um instrumento temporário de recuperação, a partir do qual se desenvolve o Mecanismo de Recuperação e Resiliência, onde se enquadra o Plano de Recuperação e Resiliência (PRR).

ção, cientistas sociais, civis e militares, a sociedade e a academia, no processo de decisão, evidenciando a dificuldade ou mesmo em alguns casos a impossibilidade de ir além dos limites da disciplina e área de cada um. O decisor carece para a sua decisão, ação política e ação estratégica da apresentação de modalidades de ação e proposta resultantes de abordagens abrangentes e integradas, resultantes dos contributos das diferentes áreas do conhecimento, articulando recursos e capacidades, no tempo e no espaço, garantindo em permanência o controlo político e os objetivos definidos na gestão da crise, tendo em vista o retorno à normalidade e a realização das tarefas fundamentais do Estado.

Do ponto de vista da segurança internacional, acentuou-se a complexidade da conflitualidade do século XXI através da consolidação de tendências como a internacionalização substancial da generalidade dos conflitos, envolvendo atores regionais e internacionais que utilizam os cenários de conflito e guerra para prosseguir os seus objetivos e rivalidades. Tal confere cada vez mais uma repercussão estratégica aos eventos e crises, muitas vezes com recurso a instrumentos híbridos, projetando-as para um espaço muito mais alargado, por vezes global (IISS, 2020). A transformação de alguns conflitos e a evolução instrumental e temporal de outros evidenciou a centralidade dos grupos armados não estatais – surgiram nos últimos oito anos mais grupos do que nas oito décadas anteriores – o que também obriga a adotar novas metodologias e abordagens para o estudo da conflitualidade e da influência da pandemia nos diferentes fatores de análise. O ISIS<sup>10</sup> ou ISIL<sup>11</sup>, atraiu uma preocupação global excessiva, desviando a atenção para uma tendência que irá definir a conflitualidade na próxima década: a proliferação de grupos armados (ISIS, 2020). Grupos construídos em torno de alianças adaptativas de unidades de menor escala com lideranças e autoridade difusas. A redução do envolvimento político, militar e de apoio ao desenvolvimento e à criação de segurança por parte dos governos ocidentais, particularmente no Norte de África e no Médio Oriente, caso da retirada dos Estados Unidos e da NATO<sup>12</sup> do Afeganistão, que a crise pandémica parece agravar, significa acelerar o processo de proliferação de grupos armados que ocupam o vazio de segurança e carência de bens e serviços vitais das populações em situação de fragilidade, conjugados com a ausência de capacitação institucional do Estado. A prolongada frustração de expectativas e a ausência de educação e emprego sólido para milhões de jovens que vivem em diferentes regiões e países do mundo constituem um problema anterior e a crise pandémica irá certamente aumentar as ameaças e riscos multifacetados dele decorrentes até porque é a segunda

---

10 Islamic State of Iraq and Syria.

11 Islamic State of Iraq and the Levant.

12 North Atlantic Treaty Organization.

crise económica e social que as gerações mais jovens enfrentam no intervalo de uma década. Temos presente que a fonte de recrutamento forçado de homens, mulheres e crianças para grupos armados para fins de luta, trabalho, serviços sexuais ou casamentos forçados é constituída por crianças e jovens (ISIS, 2020)<sup>13</sup>.

Do ponto de vista do nexu segurança e desenvolvimento é fundamental que uma nova realidade pós-crise, de longo prazo, produza as respostas políticas e estratégicas globais para as questões: de que forma a profunda crise sanitária, económica e social global irá, ou não, acelerar essas ameaças, aumentando a probabilidade e o impacto dos riscos, em contextos internos e externos muito disruptivos, designadamente em países e regiões com um histórico de conflitos e crises endémicas. Que novas estratégias terão que ser prosseguidas, sabendo-se que nas últimas décadas falharam muitos dos objetivos traçados?

Nesta data são ainda escassos os dados e publicações que permitam uma conclusão sobre a influência da situação pandémica na fragilidade e conflitualidade mundial. Recorremos a um relatório<sup>14</sup> publicado recentemente que analisa o ano de 2020, vivido em situação de pandemia Covid-19, e onde ocorreram 34 conflitos armados, número idêntico a 2019: 15 em África, 9 na Ásia e 6 no Médio Oriente, 3 na Europa e 1 na América. Julgamos útil para o presente artigo mencionar algumas conclusões mais relevantes do relatório:

- Em 2020 verificou-se a ativação de dois conflitos: Etiópia (Tigray) e Arménia-Azerbaijão (Nagorno Karabakh);
- O quadro dos conflitos armados em 2020 começou a ser influenciado pela pandemia Covid-19 quando um primeiro sinal forte foi dado, em março de 2020, pelo secretário-geral das Nações Unidas, ao apelar a um cessar-fogo mundial e imediato em todas as regiões, sem que desse apelo decorresse uma resposta relevante por parte dos grupos armados e países envolvidos nos conflitos;
- Em 2020, verificou-se uma amplificação dos impactos dos confrontos entre grupos armados e do uso indiscriminado e deliberado da violência contra civis resultante da pandemia Covid-19, designadamente no acesso a bens e apoios vitais,

---

13 Definition of human trafficking: [T]he recruitment, transportation, transfer, harbouring or receipt of persons, by means of the threat or use of force or other forms of coercion, of abduction, of fraud, of deception, of the abuse of power or of a position of vulnerability or of the giving or receiving of payments or benefits to achieve the consent of a person having control over another person, for the purpose of exploitation (Protocol to the UN Convention against Transnational Organized Crime).

14 Escola de Cultura de Pau. Alert 2021! Report on conflicts, human rights and peacebuilding. Barcelona: Icaria, report completed in February 2021.



- agravando a precariedade e a falta de proteção das populações. Do ponto de vista das capacidades institucionais muito fragilizadas por anos de guerra destacam-se casos como a Síria e o Iémen, designadamente na resposta no apoio sanitário;
- Na grande maioria dos conflitos armados existe uma participação e influência externa no interior das unidades políticas;
  - Perto de metade dos conflitos armados (47%) são de alta intensidade e essa percentagem subiu em 2020. Os 16 conflitos armados mais graves são: Camarões (Ambazonia/Noroeste e Sudoeste); Etiópia (Tigray), Líbia, Mali, Moçambique (Norte); Região do Lago Chade<sup>15</sup> (Boko Haram); Região do Sahel Ocidental; República Democrática do Congo (Leste), DRC (Leste – Forças Democráticas Aliadas – ADF); Somália; Sudão do Sul; Afeganistão; Arménia-Azarbajão (Nagorno-Karabakh); Iraque; Síria e Iémen;
  - De acordo com os dados disponibilizados pelo United Nations Office for the Coordination of Humanitarian Affairs (OCHA), um total de 235 milhões de pessoas precisam de assistência humanitária em 2021, um aumento de 40% em relação às estimativas do ano anterior e atribuível principalmente ao Covid-19;
  - O relatório anual do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), publicado em junho de 2020, confirmou a tendência de crescimento do número de deslocados na última década: no final de 2019, havia 79,5 milhões de pessoas deslocadas à força, em comparação com os 70,8 milhões registrados no final do ano anterior; 26 milhões do número total de pessoas deslocadas eram refugiados – 20,4 milhões sob o mandato do ACNUR e 5,6 milhões de palestinos sob o mandato da UNRWA – e 45,7 milhões estavam em situação de deslocamento interno forçado; 48% dos refugiados são mulheres.

## Portugal e a Europa

Em termos nacionais a crise mobilizou os órgãos de soberania, os órgãos políticos de consulta, outras entidades e instituições da Administração Pública – Central, Regional (autónoma) e Local – e a sociedade nas suas expressões individual e coletiva, para o processo difícil e complexo da gestão de crise pandémica, que afetou, a partir das áreas social e de saúde, todas as áreas de governação e da sociedade. A dimensão da crise e as suas consequências ao nível estrutural cedo impuseram a

---

15 O Lago Chade tem uma importância vital por fornecer água para um número estimado de 20 milhões de pessoas, abrangendo parte importante da população dos quatro países localizados ao seu redor: Chade, Camarões, Níger e Nigéria.

necessidade de, num muito curto espaço de tempo, ir além da gestão e mitigação da crise iniciando, em simultâneo, o desenho de um planeamento estratégico – genético, estrutural e operacional – definindo objetivos, mobilizando recursos tangíveis e intangíveis, traçando caminhos, que permita recuperar dos danos provocados pela crise e, mais importante, permita densificar uma verdadeira estratégia nacional resiliente, inclusiva e de longo prazo, instrumento de confiança nacional.

Os graves impactos da pandemia em todas as economias europeias, levaram à criação pelo Conselho Europeu do Next Generation EU<sup>16</sup>, um instrumento comunitário estratégico de mitigação do impacto económico e social da crise, capaz de promover a convergência económica e a resiliência das economias da União, contribuindo para assegurar o crescimento sustentável de longo prazo e para responder aos desafios da dupla transição para uma sociedade mais ecológica e digital, deverá ser determinante para assegurar uma resposta a uma crise sem precedentes e, em simultâneo, garantir a coesão do espaço europeu.

Portugal, a partir do Mecanismo de Recuperação e Resiliência da União Europeia, que demonstra o compromisso dos Estados-membros com o projeto europeu, baseado na prosperidade partilhada, elaborou o Plano de Recuperação e Resiliência (PRR)<sup>17</sup>, um programa de aplicação nacional, com um período de execução até 2026, e vai implementar um conjunto de reformas e de investimentos que permitirá ao país retomar o crescimento económico sustentado, reforçando o objetivo de convergência com a Europa ao longo da próxima década. “O PRR assume-se como um dos instrumentos de financiamento de uma Estratégia global mais vasta que cobre um horizonte temporal mais alargado – a Estratégia 2030, que define para a corrente década, uma visão do país em termos económicos, sociais e ambientais” (Ministério do Planeamento, 2021).

Bruno Cardoso Reis (2019) ajuda a identificar as exigências que se colocam a Portugal, agora com redobrada oportunidade. A propósito da questão que deu título ao livro, “Pode Portugal ter uma estratégia?” cabe referir o confronto permanente, como pequena potência do sistema internacional, com problemas complexos e fluidos, que leva a concluir que não chega uma grande estratégia. Estaremos sempre confrontados com a necessidade de fazer escolhas difíceis dispendo de recursos escassos. Bruno Cardoso Reis refere-se também a uma questão não resolvida da

---

16 A combinação dos fundos europeus do Quadro Financeiro Plurianual e do Next Generation EU permitirá a Portugal aceder a um volume de cerca de 50 mil milhões de euros (M) no período de 2021 a 2029, considerando apenas as subvenções.

17 Será financiado por recursos totais de 16,6 mil M, distribuídos por cerca de 14 mil M de subvenções e 2,7 mil M de empréstimos, e com um perfil de desembolsos que permitirá a liquidez necessária para que o PRR funcione como instrumento efetivo de resposta à crise.

cultura estratégica portuguesa: a tradicional incapacidade para construir um bom planeamento estratégico, prevendo uma implementação bem coordenada e controlada, corrigindo os desvios nos caminhos para os objetivos traçados e reduzindo fortemente a probabilidade de cometer erros. “Falta-nos capacidade de análise, planificação e coordenação do conjunto dos meios do Estado para antecipar ou responder a ataques, crises, emergências” (Reis, 2019).

A crise afeta o mundo inteiro, afeta Portugal. Importa repensar para Portugal “uma grande estratégia nacional, que articule sistematicamente uma visão do seu lugar no mundo e tire o máximo partido das suas capacidades” (Reis, 2019).

## Conclusão

Bertrand Badie e Marie-Claude Smouts (1992) referiam-se, logo após o final da Guerra Fria, a um sistema internacional instável, integrado por um número elevado e diverso de unidades em rápida evolução e transformação, sem que fosse possível identificar as leis que iriam reger o futuro. As lealdades políticas, em mutação e ajustamento, uma atomização crescente dos particularismos e individualismos tornavam muito difícil a identificação de uma nova ordem baseada num sistema equilibrado e verdadeiramente internacional. Na verdade, podemos no tempo atual identificar muito do que então foi observado. A incerteza, os particularismos, as fraturas geopolíticas e os ajustamentos geoeconómicos, os efeitos das alterações climáticas, a ecologia, as tecnologias, a aceleração da era digital, dificultam enormemente a revisão próxima dos conceitos e das estratégias dos Estados e das organizações internacionais.

A disrupção associada ao Covid-19 surgiu num ambiente internacional já profundamente marcado por ameaças e riscos, por forte incerteza e tensões crescentes fundadas na observação de várias tendências com potencial disruptivo e de fragmentação da ordem existente. As linhas de fratura projetavam uma maior probabilidade e impacto na ocorrência de eventos críticos, em prazos e contextos difíceis de antecipar e em domínios muito diversos e profundamente interrelacionados como os da geopolítica, da economia, da segurança e da defesa, da sociedade, da demografia, do ambiente, da energia, da tecnologia.

O artigo apresentado, recorrendo à conceitualização de tempo mundial e de crise, baseado no estudo das Relações Internacionais e nos Estudos de Segurança, procurou responder à questão de investigação inicial demonstrando que a crise disruptiva e multidimensional originada pela pandemia Covid-19, constitui-se como um *momentum* do tempo mundial, qualitativo, “momento propício para alterar estados e realidades esgotados ou falhos de grande estratégia”, tempo para pensar, planear,

produzir o juízo crítico, decidir sobre uma nova realidade que supera e integra a realidade anterior, um futuro.

O General Cabral Couto (1988) cedo enunciou de uma forma superior o que importa ter presente na crise atual: A ação política – e também a ação estratégica – devem ser concebidas numa perspetiva de futuro. Implica “prever” e não “esperar e ver”, como forma de preparar e comandar a atividade futura, em vez de atuar reactivamente em face dos acontecimentos e das forças em presença. Atingir os fins propostos, explorar as linhas de força favoráveis e evitar ou contrariar as opostas, utilizar processos coerentes com a estratégia traçada de forma racional, traduzem domínio sobre os acontecimentos e sobre a situação final.

Importa-nos o tempo que compreende e engloba uma pluralidade de *momentos*. O *kairòs* exprime uma qualidade (*poiotèta*) do tempo, como quando dizemos “quando decorria a guerra”; o *chrónos*, por sua parte, designa uma quantidade (*posotèta*), como quando se diz “dez anos antes” ou “dez anos depois”. Em 2030 o mundo começará a avaliar tudo o que foi pensado e iniciado em 2021.

## Bibliografia

- Ammonius, Peri (1966). “diaphorôn lexeôn” in K. Nickau (ed.), *Ammonii qui dicitur Liber De adfinium vocabulorum differentia*, Leipzig, 1966, 69, *apud* Mendonça (2006).
- Arendt, H. (1983). *Condition de l'homme modern*. Paris, Press Pocket.
- Aron, R. (1983). *Mémoires*. Paris: Calmann-Lévy, p. 729.
- Aron, R. (1984). *Paix et Guerre entre les Nations*. Paris: Calmann-Lévy.
- Badie, B. e Smouts, M. C. (1992). *Le Retournement du monde. Sociologie de la scène internationale*. Paris, Presses de la Fondation nationale des sciences politiques.
- Biscop, S. (2020). Weaker together or weaker apart? Great power relations after the coronavirus. *Asia Europe Journal*, 18, pp. 231-234. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s10308-020-00582-3>.
- Buzan, B. e Weaver, O. (2003). *Regions and Powers the Structure of International Security*. Cambridge University Pres.
- Chardin, T. (1959). *L'Avenir de l'Homme*. Paris.
- Dougherty, J. e Pfaltzgraff, R. (2003). *Relações Internacionais: as teorias em confronto*. Lisboa, Gradiva.

- Eberhard, W. (1970). *Conquerors and Rulers. Social Forces in Medieval China*. Leiden, Brill.
- Fukuyama, F. (1989). The End of History? *The National Interest*, 6, pp. 3-17.
- Fukuyama, F. (1992). *The End of History and the Last Man*. Nova Iorque, Free Press.
- Gaub, F e Boswinkel, L. (2020). How COVID-19 Changed the Future. Geopolitical implications for Europe. *Chaillot Paper* 162. EU Institute for Security Studies, Belgium.
- Giddens, A. (1996). *Les consèquences de la modernité*. Paris, L'Harmattan.
- Giddens, A. (2008). *Sociologia*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- Huntington, Samuel P. (1993). The Clash of Civilizations? *Foreign Affairs*, 72(3), pp. 22-49.
- Huntington, Samuel P. (1999). *O Choque das Civilizações e a Mudança na Ordem Mundial*. Lisboa, Gradiva.
- King, A. (2020). The Shape of Things to Come. *idn brief* [em linha], 29 de abril. COVID-19 – *Que impacto nas Forças Armadas?* Instituto da Defesa Nacional, p. 2. Disponível em: [https://www.idn.gov.pt/pt/noticias/Documents/idnbrief\\_29abril2020.pdf](https://www.idn.gov.pt/pt/noticias/Documents/idnbrief_29abril2020.pdf)
- Koselleck, R. (2006). "Crisis". *Journal of the History of Ideas*, 67(2), pp. 357-400.
- Laïdi, Z. (1998). Le temps mondial. Em, Marie-Claude Smouts *et al.* (orgs.), *Les Nouvelles Relations Internationales, Pratiques et theories*. Paris, Presses de Sciences Po.
- Leone, C. (2016). *Crise e Crises em Portugal*. Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Mendonça, J. T. (2006). A qualificação messiânica do tempo. *Cultura* [em linha], Vol. 23, colocado em linha no dia 11 abril 2014, URL: <http://journals.openedition.org/cultura/1482>. Disponível em DOI: 10.4000/cultura.1482 [consultado a 30 abril 2019].
- Mendonça, J. T. (2020). Redescobrir o poder da esperança. *Expresso* [em linha], 17:02, dia 22 de março. Disponível em: <https://expresso.pt/coronavirus/2020-03-22-Redescobrir-o-poder-da-esperanca-com-Jose-Tolentino-Mendonca-em-tempos-de-quarentena>
- Ministério do Planeamento (2021). *Recuperar Portugal, Construindo o Futuro. PRR-Plano de Recuperação e Resiliência*, 22 de abril, pp.335. República Portuguesa [em linha], XXII Governo. Disponível em: <https://www.portugal.gov.pt/download-ficheiros/ficheiro.aspx?v=%3D%3DBQAAAB%2BLCAAAAAAABAAzNDQzMgYAqlWYyAUAAAA%3D>
- Moreira, A. (1964). *Ideologias Políticas*. Lisboa.
- Moreira, A. (1992). *Comentários*, 2.<sup>a</sup> ed. Lisboa.
- Moreira, A. (1995). *Ciência Política*. Coimbra.
- Moreira, A. (2005). *Teoria das Relações Internacionais*. Coimbra, Edições Almedina.
- Moreira, A. (2006). A espuma do tempo. *Cultura* [em linha], Vol. 23, colocado em linha no dia 14 fevereiro 2014, URL: <http://journals.openedition.org/cultura/1271>. Disponível em DOI: 10.4000/cultura.1271 [consultado a 20 abril 2019].

- Morgenthau, H. (1948). *Politics Among Nations, The Struggle for Power and Peace*. Nova Iorque.
- Opitz, A. (2020). COVID-19: Why health is also a security issue. *idn brief* [em linha], 15 de abril. *COVID-19 e segurança sanitária: o que muda?* Instituto da Defesa Nacional, p. 2. Disponível em: [https://www.idn.gov.pt/pt/publicacoes/idnbrief/Documents/2020/idnbrief\\_15abril2020.pdf](https://www.idn.gov.pt/pt/publicacoes/idnbrief/Documents/2020/idnbrief_15abril2020.pdf)
- Reis, B. C. (2019). *Pode Portugal ter uma estratégia?* Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Reis, B. C. (2020). COVID-19 Será um novo 11 de setembro? Impacto da pandemia na política internacional. *idn brief* [em linha], março. *A pandemia COVID-19: que impacto nas áreas de segurança e defesa?* Instituto da Defesa Nacional, pp. 4-5. Disponível em: [https://www.idn.gov.pt/pt/publicacoes/idnbrief/Documents/2020/idnbrief\\_marco2020.pdf](https://www.idn.gov.pt/pt/publicacoes/idnbrief/Documents/2020/idnbrief_marco2020.pdf)
- Ricœur, P. (1983a). *Temps et récit*. Tome I, *L'intrigue et le récit historique*. Paris, Editions Seuil.
- Ricœur, P. (1983b). *Temps et récit*. Tome III, *Le temps raconté*. Paris, Editions Seuil.
- Rodrigues, C. C. (2020). COVID 19 e a Gestão de Crises em Portugal. *idn brief* [em linha], 13 de maio. *COVID 19 e Gestão de Crises: Um Novo Paradigma?* Instituto da Defesa Nacional, pp. 2-3. Disponível em: [https://www.idn.gov.pt/pt/publicacoes/idnbrief/Documents/2020/idnbrief\\_13maio2020.pdf](https://www.idn.gov.pt/pt/publicacoes/idnbrief/Documents/2020/idnbrief_13maio2020.pdf)
- Sales, J. C. (2006). Conceção e percepção de tempo e de temporalidade no Egípcio Antigo. *Cultura* [em linha], Vol. 23, colocado em linha no dia 14 fevereiro 2014, URL: <http://journals.openedition.org/cultura/1282>. Disponível em DOI: 10.4000/cultura.1282 [consultado a 30 abril 2019].
- Schwab, K. e Malleret, T. (2020). *COVID-19: The Great Reset*. Cologny/Geneva Switzerland, World Economic Forum. Disponível em: <https://www.weforum.org/agenda/2020/07/covid-19-the-great-reset/>
- Smouts, M. C., et al. (1998). *Les Nouvelles Relations Internationales. Pratiques et Théories*. Paris, Presses de Sciences Po.
- Steven, A. e Bastian, P. (2020). *DHL Global Connectedness Index 2020. The State of Globalization in a Distancing World*. Nova Iorque, NYU Stern School of Business, Center for the Future of Management, DHL Initiative on Globalization.
- The International Institute for Strategic Studies (2020). *The Armed Conflict Survey 2020. The worldwide review of political, military and humanitarian trends in current conflicts*. Londres, Routledge.
- Tucídides (2001). *História da Guerra do Peloponeso/Tucídides*. Prefácio de Helio Jaguaribe, trad. do grego de Mário da Gama Kury. Brasília, Editora Universidade de Brasília, Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, São Paulo, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2001 XLVII, 584 p., 23 cm, Clássicos IPRI, 2.

Vasconcelos, Á. (2020). Reconstruir a Solidariedade Europeia. *idn brief* [em linha], 27 de maio. *Covid-19 – Como Fica a Defesa Europeia?* Instituto da Defesa Nacional, p. 2. Disponível em: [https://www.idn.gov.pt/pt/publicacoes/idnbrief/Documents/2020/idnbrief\\_27maio2020.pdf](https://www.idn.gov.pt/pt/publicacoes/idnbrief/Documents/2020/idnbrief_27maio2020.pdf)

Waltz, K. (1954). *Man, the State and War*. Nova Iorque.

Waltz, K. (1979). *Theory of international politics*. Nova Iorque.

Waltz, K. (1994). The Emerging Structure of International Politics. *International Security*,18(2), pp. 44-79.